

Fernanda Silvério Mansano \_\_\_\_\_

Maria Lúcia dos Santos Geremias \_\_\_\_\_

Matheus Dalbon Schiavon \_\_\_\_\_

Rodolfo Donizeti Rodrigues Ferreira \_\_\_\_\_

Rosilda de Sousa Sapucaia \_\_\_\_\_

-----X-----

Ata da reunião do Conselho Fiscal do Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo – SP. Aos 24 dias do mês de julho do ano de 2024, às 17:30 h, na sede do IMP, situado à Rua Tarquínio Cobra Olyntho nº 69, Vila Pereira, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal: Cristiane Clementino de Oliveira, Elias Batista Galdino, Fernanda Silvério Mansano, Matheus Dalbon Schiavon, Rodolfo Donizeti Rodrigues Ferreira, e Rosilda de Sousa Sapucaia. Tendo como pauta da reunião: Análise e parecer dos balancetes dos meses de maio e junho de 2024; Acompanhamento dos investimentos do Instituto através do relatório do 2º Trimestre de 2024; Análise dos Contratos vigentes; e assuntos diversos. A reunião foi aberta pela Sr.<sup>a</sup> vice-presidente, Rosilda de Sousa Sapucaia, com a entrega dos documentos referentes aos assuntos da pauta, e procedeu com a Análise e Parecer dos Balancetes dos meses de Maio e Junho de 2024, que foram explicados pelo Sr. Júlio César Urias Oliveira, contador do IMP. Na competência de maio de 2024 o Instituto apresentou em total de receita os valores de R\$ 2.113.203,32 no plano financeiro, R\$ 4.833.454,93 no plano previdenciário e R\$ 38.532,59 de taxa administrativa; em relação às despesas, apresentou o total de R\$ 1.971.646,54 no plano financeiro, R\$ 2.898.792,73 no plano previdenciário e R\$ 128.064,17 de taxa administrativa, apresentando saldo bancário total de R\$ 269.064.879,87 no mês. Na competência de junho de 2024 o Instituto apresentou em total de receita os valores de R\$ 2.576.625,58 no plano financeiro, R\$ 3.736.734,79 no plano previdenciário e R\$ -8.671,83 de taxa administrativa; em relação às despesas, apresentou o total de R\$ 2.031.133,32 no plano financeiro, R\$ 2.898.561,84 no plano previdenciário e R\$ 121.644,90 de taxa administrativa, com saldo bancário total de R\$ 270.318.228,35 no mês. Destacam-se o término do parcelamento 422/2019 da Prefeitura Municipal, e também o repasse do Comprev a título de compensação previdenciária. Com relação ao número de aposentados e pensionistas no terceiro bimestre de 2024, o IMP fechou com o total de 730 aposentados e 170 pensionistas no mês de maio e, no mês de junho, 739 aposentados e 170 pensionistas. Em seguida, a Sr.<sup>a</sup> Rosilda de Sousa Sapucaia colocou os balancetes dos meses de maio e junho de 2024 com os respectivos pareceres para aprovação, sendo aprovados por unanimidade. Em continuidade à reunião, foi analisado o contrato firmado no período, na modalidade dispensa de licitação, para contratação de empresa especializada em prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva, corretiva, suporte em Rede de Computadores, suporte ao

servidor que mantém o Banco de Dados do Instituto Municipal de Previdência e gerenciamento de backups, firmado com Bruno Domingos Minussi Cassucci – ME pelo valor global de R\$ 6.720,00 para um ano, a partir de 01/07/2024. Na sequência, foi convidado o Diretor Financeiro do IMP, Sr. Eduardo de Paula Marin, para apresentação do relatório dos investimentos referente ao 2º trimestre de 2024, onde trouxe dados de como se comportaram os investimentos em renda fixa, renda variável e investimentos no exterior através do relatório detalhado gerado pela LDB, empresa de consultoria em investimentos ao qual o Instituto possui contrato vigente. Com a situação atual do país, as expectativas do mercado não estão muito boas, e a renda fixa e variável continuam em situação de volatilidade. O mercado esperava uma taxa de juros mais baixa, mas o COPOM não fez os cortes que havia projetado inicialmente, causando oscilações na procura e rentabilidade dos investimentos nacionais. Os investimentos em títulos públicos, em sua maioria, tiveram rentabilidade negativa no trimestre, pois sofrem a marcação a mercado, apresentando a rentabilidade de 0,43% no trimestre. Esta situação é momentânea, e estes fundos garantem o pagamento da meta atuarial caso se permaneça até seu vencimento. A renda variável apresentou rentabilidade negativa: -5,59%, com o dólar muito alto. Já os BDRs, por outro lado, tiveram novamente rentabilidade muito alta, de 21,34% entre abril e junho, pois são pouco sensíveis, baseados na economia americana, mais sólida que a brasileira. O IMP continua alocando seus ativos em instituições sólidas do mercado, destacando-se Caixa e Banco do Brasil, que detêm 44,23 e 38,64% dos ativos, respectivamente. Quanto ao enquadramento da carteira, a renda fixa compreende 86,16%; renda variável 8,85% e os investimentos no exterior, 5%. Na análise de liquidez, 37,98% do patrimônio pode ser resgatado em até 30 dias. Todas as aplicações respeitam os limites estabelecidos pelo Conselho Administrativo. Neste trimestre, destaca-se o investimento feito em um novo fundo que paga a meta atuarial: “Caixa Brasil 2026 X TP FIF RF”, além de novas aplicações no fundo de ações no exterior (BDR). No segundo trimestre de 2024, a meta atuarial foi atingida apenas em maio, sendo que no acumulado de 2024 a rentabilidade está em -2,76%, versus a meta de 5,22%. O Conselho Fiscal não apresentou ressalvas aos investimentos no trimestre analisado. Em seguida, o sr. Diretor Executivo do IMP, Fabiano Boaro de Sousa, nos assuntos diversos, comunicou que a exigência de certificação dos membros dos conselhos foi alterada, passando de metade para 1/3 dos membros. Desta forma, apenas o Conselho Fiscal estará irregular perante esta exigência a partir de 1º de agosto, pois os demais possuem ao menos 1/3 dos membros certificados. Neste Conselho Fiscal, apenas um conselheiro possui a certificação, e os demais membros presentes se manifestaram que estão estudando e pretendem realizar a prova em breve, até o início de agosto de 2024. O sr. Fabiano comunicou ainda que o CRP do município está bloqueado devido às Demonstrações Contábeis que são enviadas pela Prefeitura Municipal e que, caso esta pendência seja regularizada até dia 31 de julho, é possível que o CRP seja emitido, com validade de 6 meses. Entretanto, caso a

Prefeitura não regularize até o final de julho, a partir de agosto a questão da certificação do Conselho Fiscal também irá travar a emissão do CRP. O diretor executivo irá solicitar ao Conselho Administrativo que delibere a respeito da situação da certificação. Foi levantada a sugestão, não unânime, de que os conselheiros renunciem aos jetons enquanto não apresentar a certificação. Após a conclusão de todos os itens da pauta e na ausência de demais manifestações por parte dos conselheiros, a Vice-Presidente deu por encerrada a reunião. Após seu encerramento ficou responsável eu, Matheus Dalbon Schiavon, pela lavratura da presente ata que, após lida e aprovada, vai por todos os presentes assinada.

Cristiane Clementino de Oliveira \_\_\_\_\_

Elias Batista Galdino \_\_\_\_\_

Fernanda Silvério Mansano \_\_\_\_\_

Matheus Dalbon Schiavon \_\_\_\_\_

Rodolfo Donizeti Rodrigues Ferreira \_\_\_\_\_

Rosilda de Sousa Sapucaia \_\_\_\_\_

-----X-----